

NUNO ÁLVARES PEREIRA: UM SANTO A RECONHECER

Prof. Doutor D. Manuel Clemente

(Bispo do Porto)

Contrariamente ao que se pudesse pensar, ou seja, que sobre Nun'Álvares (1360-1431) já tudo se alegou, creio bem que há muito a dizer. Não o digo quantitativamente, no respeitante a fontes documentais sobre ele, uma vez que a sua figura e intervenção na vida nacional e na Ordem Carmelita foram há muito objecto de crónicas religiosas ou profanas. Mas no sentido qualitativo, pois creio que o seu conteúdo e significado, como cristão propriamente dito, dos finais da Idade Média e de todos os tempos, ainda não está suficientemente sublinhado e proposto, concretamente à veneração dos fiéis. Quanto a fontes, porém, chamo a atenção para os muitos títulos referentes à vida e culto do Condestável, recentemente elencados por Balbino Velasco Bayón¹ na sua *História da Ordem do Carmo em Portugal*, destacando necessariamente a prestimosa cronologia de Wermers².

Nun'Álvares sempre causou admiração aos que procuram em vidas passadas o alto exemplo da vida futura, do que ela há-de ser como humanidade perfeita. Para um cristão, do que ela há-de ser à luz do Evangelho. Desde os cronistas do século XV até aos historiadores recentes, o Condestável é tratado com geral respeito e admiração frequente. Mesmo para autores não confessionais, como Oliveira Martins (segunda metade do século XIX), ele encarnava a maior expressão do heroísmo nacional e crente. Na primeira metade do século XX, Nun'Álvares continuou a inspirar movimentos cívicos de regeneração do País, atraindo figuras de vários quadrantes da política da época. A partir de 1923, o Escutismo Católico Português tomou-o por ideal e padroeiro, exemplo acabado da cavalaria cristã e do seu espírito generoso e intrépido.

¹ Balbino Velasco Bayón - *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas, 2001.

² M. M. Wermers - Nun'Álvares Pereira; a sua cronologia e o seu itinerário. *Lusitania Sacra*. 5 (1960-1961) 7-99

Passou-se aliás com ele algo de semelhante ao que aconteceu em França, em torno da figura de Joana d'Arc (1412-1431). Pouco posterior no tempo, a jovem pastora francesa seguiu – contra quase tudo, contra quase todos – as “vozes” que a mandavam salvar a França e coroar o Delfim, empresa que ela tomou como ordem divina e conseguiu levar a cabo, ainda que perdesse a vida. Vida sempre estritamente vivida nos ditames evangélicos de abnegação, sobriedade e dádiva total ao bem comum, entendido em termos culturais e práticos da sua época, mesmo no campo das armas em prol da justiça e do direito.

Com Nun'Álvares, não fora muito diferente. Não era de origem humilde, mas um entre muitos irmãos duma prole fidalga, ainda que bastarda. Teve, porém, de enfrentar resistências e oposições deste muito cedo, em defesa de ideais perfeitos de cavalaria cristã, como a Idade Média tardia a desenhara em contos maravilhosos: assim o descrevem as crónicas. Como o Galaaz do ciclo da Távola Redonda, era sua maior aspiração manter-se inteiramente puro para conseguir chegar ao Santo Graal, cálice sagrado do sangue de Cristo. Por isso mesmo contrastava, desde a primeira adolescência, com o ambiente frívolo da corte portuguesa, onde reinava o hesitante D. Fernando e a dúbia Leonor Teles, rodeados por cortesãos pouco dados a aspirações tão altas.

Nun'Álvares via o reino português ameaçado na sua própria subsistência política, primeiro pelas sucessivas invasões castelhanas em tempo de D. Fernando, depois pela reivindicação do trono luso por parte de D. João I de Castela, casado com a filha e herdeira daquele último rei da primeira dinastia portuguesa. Nun'Álvares via tudo isso como atentado ao direito básico de Portugal ser o que Deus permitira que fosse, ou seja, uma terra independente, uma entidade definida. Assim sendo, para ele tanto estava em causa a pátria como a religião. Ou melhor, para ele, cavaleiro cristão, a causa religiosa concretizava-se na defesa da independência portuguesa, tal como a podia já considerar um jovem de vinte anos dos finais da Idade Média, até aí sobretudo senhorial e vassálica.

Descreve-o com muito acerto Henrique Barrilaro Ruas, autor familiarizado com a história e a santidade. Quanto a este último ponto, contrastando a atitude “patriótica” de Nun'Álvares com a da generalidade dos seus pares, ainda muito “medievais”: “Muitos, naquele tempo, entendiam que só havia obrigações de homem para homem. Não compreendiam os deveres de um só para com todos, de um indivíduo para com a

sociedade”³. Para Nuno, a consideração já era outra, respondendo a sua mãe, que o quisera demover do partido do Mestre de Avis: “Senhora Mãe! Não queira Deus que, por dádivas e largas promessas, eu vá contra a terra que me criou! Por amparo dela gastarei meus dias e derramarei meu sangue!”⁴.

Assim se compreenderá também a coloração religiosa que tudo ganha nos combates de Nuno. Cedo arrancado para eles à sua curta vida matrimonial – que contraíra muito mais por vontade paterna do que sua, mas que assumira com fidelidade e encanto – não há na sua saga militar, que garantiu a independência portuguesa na crise dinástica de 1383-1385, laivos de ganância ou de crueldade gratuita. Tanto chegava a distribuir provisões pelo inimigo, como se deixava visitar pelos castelhanos que apenas o queriam ver, tal a fama que ganhara: “confiados na vossa grande bondade e nas muitas virtudes que Deus pôs em vós”, dir-lhe-iam⁵.

Em todos os combates tem presente Deus, a Virgem Maria e os Santos, encomendando-lhes constantemente a salvação do reino. É natural que lhe lembrasse a oração de Moisés, durante o combate de Josué contra os amalecitas, com a diferença de que em Nun’Álvares se conjugavam os dois na mesma pessoa, o orante e o guerreiro. Desde o seu pendão, para o qual escolheu como emblemas o Calvário, Nossa Senhora, São Jorge e Santiago, às suas preces em combate, dos Atoleiros a Valverde, os feitos do Condestável são como os de muitas páginas do Antigo Testamento, ou como foram a seguir os da Donzela de Orléans, Santa Joana d’Arc. Recorde-se por todas a exortação que fizera em Aljubarrota, imediatamente antes da batalha, ao menos como ecoava nas crónicas quatrocentistas e Barrilaro Ruas literariamente a transcreve: “Não temais a multidão dos inimigos nem as ameaças que mostram com seus apupos e alaridos, pois tudo é um pouco de vento que daqui a breve espaço há-de cessar. Sede fortes e esforçados. Tende grande fé em Deus, por cujo serviço aqui viemos, defendendo justa causa, por nosso Reino e pela Santa Igreja. A Mãe de Deus, cuja véspera hoje é, será advogada por nós. O precioso Mártir S. Jorge será nosso capitão e ajudador”⁶.

É difícil, é mesmo único na história nacional, alguém escapar às beliscaduras da crítica coeva e posterior tão incólume como Nun’Álvares, ainda assim. Temido pelos

³ Henrique Barrilaro Ruas – *Vida do Santo Condestável Dom Nuno Álvares Pereira*, Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1969, p. 80.

⁴ Cf. *ibidem*, p. 136.

⁵ *Ibidem*, p. 285.

⁶ *Ibidem*, p. 244-245.

inimigos, mas geralmente respeitado, como cavaleiro intrépido e probo. É certo que, aqui e ali, surgem observações ao volumoso património que obteve, quer por casamento quer pela munificência régia de D. João I de Portugal. Mas eram algumas terras que assim juntava, das muitas que salvara do jugo estranho. E se a aspiração senhorial de fazer “casa” e engrandecê-la podia integrá-lo na mentalidade da época, comum a qualquer homem “honrado”, é também certo que, no destino que deu a muitos desses bens e sobretudo na moderação pessoal que o caracterizava, excedeu sempre o que era normal na altura. Mais uma vez, creio ter razão o citado historiador: “Ao longo de tantas campanhas o Condestável foi recebendo de D. João imensos bens de raiz. [...] Tinham-lhe sido dadas [essas terras] como prémio de sacrifícios sem conta, de um constante risco de morte, de serviços incomparáveis. [...] Senhor de tantos bens, Nuno Álvares entendeu que, assim como D. João o premiou, assim ele devia premiar os seus melhores colaboradores. Fez então uma larga distribuição de terras e rendas por mais de vinte dos companheiros. E do que lhe ficou (que era ainda muito) dava tais e tantas esmolas, toda a roda do ano, que chegou a viver com dificuldades!”⁷.

Onde isto mais se verificou foi, precisamente, na abstenção total com que se entregou à vida religiosa. Exactamente por ter tanto, é que deu nas vistas ficar com tão pouco, ou mesmo nada. Exactamente por ser tão grande senhor, é que sobressaiu tornar-se servo dos seus antigos servos, como quis ser no convento do Carmo, que ele próprio levantara e pagara. E servir directamente os pobres, não mandando fazê-lo, como era comum à gente generosa da sua condição. É neste contraste que o Condestável se destaca. É este “mais” que indicia a santidade. A sua intenção era pedir pelas portas, ser tratado apenas por Nuno e ir morrer em segredo e fora de Portugal, onde ninguém o conhecesse. Não realizou tudo isto, que lho impediu o príncipe D. Duarte: ficando em Lisboa e no Carmo, humilhou-se e serviu o mais que pôde.

Não se enganavam os contemporâneos, admirando-o todos e por muito tempo, a começar pelo rei e toda a corte da nova dinastia. Não se enganavam os pobres, que com ele reviviam os passos evangélicos. Não se enganava em geral o povo de Lisboa, para quem foi em vida e logo depois de morto, ininterruptamente, o “Conde Santo”, o “Santo Condestável”.

⁷ *Ibidem*, p. 283-284.

A história está suficientemente relatada. A sua primeira sepultura, no chão da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo (1431), foi logo procurada em veneração e prece. Vinha gente pobre, vinha a família real, soberano após soberano. Por grupos profissionais, em datas certas, ao longo do ano...

Noventa anos após a sua morte, as relíquias foram trasladadas para um precioso túmulo, na mesma capela-mor, com esta inscrição, traduzindo do latim: “Aqui repousa aquele Nuno, Condestável, Fundador da Casa de Bragança, General exímio. Depois monge bem-aventurado; o qual, sendo vivo, desejou tanto o reino do Céu, que mereceu, depois da sua morte, viver eternamente com os Santos; pois após numerosos troféus, desprezou as pompas, e, fazendo-se humilde de príncipe que era, fundou, ornou e dotou este templo”.

Persistiu o culto, mesmo fora do Carmo: altares com imagens suas, painéis com resplendores, espalhavam-se pelo País, sobretudo nos lugares mais ligados à vida do Condestável. Quando em 1634 o Papa Urbano VIII chamou a Roma a autorização do culto de alegados santos, excluía os que tinham veneração pública e eclesiástica há mais de um século: Nun'Álvares tinha-a desde a sua morte, dois séculos atrás, dentro e fora de Lisboa, no concurso de prelados e gente de todos os grupos eclesiásticos e civis.

É certo que a dinastia espanhola que deteve Portugal entre 1580 e 1640 não olhou este culto com bons olhos, sendo por isso restringido. Mas o seu altar conservou-se no Carmo de Lisboa e noutros lugares mais. Culto redobrado depois da restauração da independência, ampliando-se ainda no século XVIII, no País e na Ordem Carmelita em geral. O convento de Lisboa ruiu no terramoto de 1755, destruindo o túmulo. As relíquias foram guardadas noutro de madeira, continuando a sua veneração na capela provisória dos frades.

Pior seria a consequência da extinção das ordens religiosas em 1834: já sem guardiães carmelitas, as relíquias foram para S. Vicente de Fora, persistindo porém a devoção popular, com ex-votos e luzes. Aí se mantiveram, entre a igreja e o panteão da Casa de Bragança. Demoradamente, muito demoradamente, como estas coisas andavam em Portugal, tratou-se do reconhecimento do culto pedindo-o à Santa Sé, no princípio do século passado. Os promotores da causa lembraram as notícias acima referidas, as antigas biografias que lhe chamavam “Beato” ou mesmo “Santo”, referindo-lhe virtudes e milagres...

Por fim, o decreto *Clementissimus Deus* da Sagrada Congregação dos Ritos, de 15 de Janeiro de 1918, confirmado pelo papa Bento XV a 23, confirmou o culto imemorial do Condestável. No ano seguinte, foi-lhe aprovado Ofício e Missa, a 6 de Novembro, para Portugal e a Ordem Carmelita, sendo Frei Nuno de Santa Maria oficialmente inscrito entre os Bem-aventurados⁸. Balbino Velasco Bayón adianta uma explicação razoável para a demora e a altura desta confirmação oficial do culto. Vai buscá-la, aliás, ao próprio texto do dicastério romano: “Mesmo depois de termos considerado todas as circunstâncias adversas, que tanto dificultaram e adiaram esta justíssima glorificação, poderíamos perguntar: ‘Porque tão tardiamente?’ O próprio decreto da confirmação do culto insinua a resposta: ‘O Deus clementíssimo, que dispõe com pródigo e sábio conselho os tempos, os acontecimentos e todas as mais coisas, e as dirige para sua glória e salvação dos homens, guardou, para as circunstâncias em que actualmente se encontram as condições públicas e da Europa, a discussão desta prestantíssima causa... acerca da confirmação do culto imemorial, prestado ao preclaríssimo Varão, Condestável do Reino de Portugal, Nuno Álvares Pereira, humilde leigo professo da Ordem dos Carmelitas Calçados, honra e ornamento da família e da Pátria, como da Igreja Católica e da Ordem carmelitana, o qual brilhou pela santidade da vida e esplendor de virtude, especialmente em Portugal’”⁹. Como se dissesse: a convulsão geral da Europa e do Mundo, durante a Grande Guerra, a indefinição também de Portugal, quanto ao seu ser e devir colectivos, urgiam o realce de Nun’Álvares, que nas vicissitudes da pátria e na vida claustral fora igualmente evangélico e absolutamente cristão.

A 14 de Agosto de 1918 as relíquias foram trasladadas para a igreja da Ordem Terceira, no Largo do Carmo – já que sensibilidades mais laicistas se tinham oposto à sua transferência para os Jerónimos -, em procissão presidida pelo cardeal-patriarca D. António Mendes Belo, com grande afluência de fiéis. Aí ficaram, até serem levadas, em parte, para a nova igreja de Santo Condestável, a 14 de Agosto de 1951, com a máxima solenidade, assim ordenada pelo cardeal-patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

⁸ Cf. Balbino Velasco Bayón - *História*, p. 607. Pode-se ser mais explícito, como Fr. Manuel José de S. Bento [= Mons. Pereira dos Reis] – Culto litúrgico do santo Condestável (trasladação das relíquias). *Ora et Labora*. 3: 5 (1956) 227: “O Decreto ‘*Clementissimus Deus*’ da Sagrada Congregação dos Ritos [...] aprovou o culto de ‘Beato’ – e de ‘Santo’ em Portugal e na Ordem do Carmo – tributado desde tempos imemoriais ‘ao Santo Condestável Nun’Álvares’”.

⁹ Balbino Velasco Bayón – *História*, p. 607-608.

Seguiram-se campanhas de sensibilização nacional, sobretudo a peregrinação das relíquias do Condestável pelas terras mais ligadas à sua vida, anunciada pelo Episcopado Português em carta pastoral de 24 de Junho de 1960, “considerando que a vida do Beato Nuno de Santa Maria, por seu amor a Deus e à Pátria, constitui lição luminosa de virtudes heróicas e cristãs; considerando que vida tão alta e perfeita deve ser conhecida de todos os portugueses, e principalmente de todos os católicos...”. Peregrinação que se fez com geral entusiasmo, de Janeiro a Junho de 1961.

Quatro décadas passadas, corre actualmente o processo de canonização formal de Nun’Álvares. No passado dia 13 de Julho de 2003, testemunhei o compromisso dos membros da comissão diocesana da causa de canonização de Nuno Álvares Pereira. Entre eles, pela parte histórica, estava Henrique Barrilaro Ruas, autor de vários títulos sobre o Condestável. Nessa mesma noite, antes de falecer subitamente, o notável escritor ainda dactilografou algumas notas referentes à causa, donde destaco esta: “Uma ou duas vezes, em conversa com Mons. Pereira dos Reis [que trabalhara para o decreto de 1918], ouvi este sacerdote esclarecer que, para portugueses e para carmelitas, Nun’Álvares tinha já direito à designação de ‘Santo’”. O processo diocesano seguiu para Roma, aliás habilitado com notícias de milagres recentes.

Também por isto, concluo com o apelo do mesmo autor, ao abrir a citada biografia de 1969. Dirige-se directamente aos leitores da altura e também aos seus ouvintes de agora: “Imagina o Condestável em Aljubarrota ou em Valverde, coberto de glória. Mas não te esqueças de quando ele levou na sua mula o pobre cego de Torres Vedras. Pensa no grande chefe que defendeu Portugal com a lança, a espada, a inteligência e a vontade de ferro. Mas lembra-te também do homem que mandava distribuir trigo pelos Castelhanos esfomeados. Representa diante de ti aquele que amava a guerra justa. Mas traz sempre no coração o humilde frade do Carmo”¹⁰. Síntese cabal, para uma santidade que se reconhecerá certamente na conjugação oportuna de todos estes elementos.

¹⁰ Henrique Barrilaro Ruas – *Vida*, p. 7.